

**A mulher na terceira margem do rio: sofrimento mental de professoras no
trabalho docente no Ensino Fundamental nos Anos Iniciais**

Deisiane de Oliveira Silva
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: deisiane.silva@faresi.edu.br

Nereide da Mota Silva Brito
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: nereide.brito@faresi.edu.br

Janderson Carneiro de Oliveira
Faculdade da Região Sisaleira, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: janderson.oliveira@faresi.edu.br

683

Palavras-chave: Professoras. Trabalho. Ensino Fundamental – anos iniciais. Sofrimento mental

INTRODUÇÃO

Evidenciou-se um contexto pandêmico (2020-2022) extremamente difícil, que trouxe graves consequências para saúde física e mental da população em geral, sendo que o agravamento do sofrimento mental, nesse período, chamou atenção das organizações de saúde. Dentro do universo do adoecimento psíquico, a classe dos trabalhadores em educação, principalmente dos professores, ganhou destaque pelos índices crescentes de desenvolvimento de doenças emocionais (Zoldan, 2023). A preocupação com a saúde mental dos professores não é uma realidade apenas do contexto pandêmico ou pós-pandêmico, como nos lembra Tostes (2018) ao mencionar que o sofrimento dos professores manifestados por estresse, ansiedade, depressão, fadiga, Síndrome de Burnout, entre outros, são os efeitos negativos do ser/estar professor desenvolvidos ao longo dos anos com a precarização da educação.

Realização:



Apoio:



A observância da repercussão midiática do adoecimento mental dos professores durante e pós-pandemia, a experiência pessoal da pesquisadora de ser/estar professora, bem como a condição de acadêmica de psicologia, suscitou a necessidade de compreender uma faísca da grandiosidade dos diversos comportamentos humanos, implicando em um incômodo sobre os aspectos envolvidos no mal-estar docente, em específico, no mal-estar e adoecimento das professoras de Ensino Fundamental. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 2018 estabelece o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano. Desse modo, esse estudo visa a seguinte pergunta-problema: quais os principais apontamentos das publicações científicas no Brasil que versam sobre saúde mental, professoras e a prática docente do Ensino Fundamental, entre os anos de 2014 e 2024?

É possível notar as relevâncias das pesquisas sobre o adoecimento de professoras, principalmente no Ensino Fundamental, onde o papel de professora se sobrepõe ao de mãe, mulher, amiga, tia etc. A pesquisa aqui apresentada constitui-se em uma tentativa de trazer à superfície os estudos mais recentes que tratam da temática e suas abordagens. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as publicações científicas brasileiras, entre os anos de 2014 e 2024, que versam sobre a relação entre o adoecimento mental e o trabalho das professoras das escolas públicas do Ensino Fundamental nos anos iniciais.

PERCURSO METODOLÓGICO: PROCEDIMENTOS DE UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O procedimento de investigação escolhido para guiar este estudo foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa com base nas reflexões de Lima e Miotto (2007). Essas autoras estabelecem um conjunto ordenado de regras na busca por solucionar um problema sem perder o objeto de estudo e seus objetivos como centro do processo. Assim, a postura metodológica adotada neste trabalho parte do método dialético como caminho orientador da investigação e da análise dos dados coletados. Para Lima e Miotto (2007, p 40): “trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão”. Uma análise que pode negar, afirmar ou criar outras possibilidades na interpretação da realidade estudada.

Realização:



Apoio:



A pesquisa bibliográfica aqui desenhada, pretende conhecer as abordagens das principais produções científicas brasileiras sobre sofrimento mental de professoras do Ensino Fundamental nos anos iniciais em um intervalo temporal dos últimos 10 anos, usando de método dialético da pesquisa exploratória-descritiva, pois usaremos fontes bibliográficas de diversas plataformas e bancos de dados de publicações científicas.

Para contemplar o objetivo central deste artigo, realizamos uma coleta dos estudos disponíveis nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS- Brasil) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), com os seguintes descritores: ‘professoras’, ‘trabalho’, ‘sofrimento mental’, ‘Ensino Fundamental’, ‘educação básica’, ‘docente’, ‘gênero’, ‘mal-estar docente’. Serão incluídos no presente estudo artigos, teses e dissertações nacionais que datem do período de 2014 a 2024, cuja população estudada tenha sido professoras brasileiras do Ensino Fundamental de escolas públicas. As análises dos dados estão sendo realizadas a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Conteúdo, de Laurence Bardin.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado foram encontrados 15 artigos na base de dados da SciELO; 17 estudos no banco de dados da CAPES; 13 na BVS e 12 artigos no PePSIC, totalizando 57 arquivos que foram previamente selecionados com base no título e no resumo. Este número de trabalhos acadêmicos pode variar após uma análise do conteúdo total dos arquivos com o objetivo de eleger aqueles que correspondem, especificamente, aos parâmetros da pesquisa.

Os estudos analisados até o momento sinalizam que as mudanças na educação são produtos de sociedades em que existe uma rigorosa divisão social em classes e do trabalho centralizada na conservação das relações de poder. O saber passa a ser especializado e formal, necessitando de especialistas que querem comandar as formas de conhecimento e legitimar as divisões do conhecimento para servirem aos seus próprios domínios, assim se expressa a proposta política de controle do estado. Saviani (1996, p. 38) afirma que a educação promove e serve ao homem, o que “significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens”.

Realização:



Apoio:



A especialização da educação com a divisão social do conhecimento, estabelecimento de especialista e de aprendiz provocou a bifurcação da definição de educação entre a educação comunitária/informal e a educação especializada/formal. A educação formal, precisava de locais específicos de ensinar e aprender, momento em que surgem as escolas, e de profissionais para repassar conhecimentos, e aqui nasce a profissão do professor. A categorização do saber em níveis sociais faz emergir os diferentes tipos de saber destinados a diferentes tipos de sujeitos classificados por sua posição social, determinando politicamente quem pode ou não acessar o saber (Brandão, 1991).

A necessidade formação de profissionais do saber para transmitir conhecimentos, também consolidou a divisão de quem poderia ter acesso à educação. Desde então, a educação era privilégio da elite masculina, por exemplo, na Grécia Antiga as mulheres, os estrangeiros e os escravos não tinham direito a educação; na Idade Média o conflito entre a educação laica e a religiosa continuava deixando de fora as mulheres, principalmente as pobres; na Idade Moderna as mulheres começam a receber acesso à educação doméstica, focada no aprimoramento das funções do lar (Cicone; Moraes, 2016).

Ainda no século XVIII, a educação é predominantemente religiosa, a profissão do professor está associada a vocação e ao sacerdócio, porém em meados deste século, nasce um movimento que tenta romper o vínculo igreja-educação e coloca o ensino sob a tutela do estado, o professor, então, passa a ser um funcionário público. A tentativa de modernização da educação sofreu pouca efetivação e continuou com uma forte influência religiosa, o positivismo reafirmava a inferioridade feminina alimentado pelo movimento antifeminino (movimento ativo entre os séculos XVI e XIX, que exaltava o discurso da incapacidade feminina, a preguiça, a vaidade, a sensualidade e o perigo para os homens) relegou as mulheres o papel de domesticidade, renúncia e completa desqualificação social (Almeida, 1998).

O positivismo defendeu a necessidade da educação feminina, assim como a masculina, porém, com objetivos diferentes. Acreditavam que o ofício intelectual não deveria debilitar a “constituição frágil e nervosa” da mulher para não prejudicar sua prole, ela deveria aprender a cuidar do marido, dos filhos e da casa, além de ser bem instruída para acompanhar o homem nos espaços urbanos. (Almeida, 1998).

Realização:



Apoio:



CONCLUSÕES

Os estudos iniciais sobre a educação demonstraram os fatores básicos que atuaram em sua transformação e a atuação ou ausência do feminino na educação formal ao longo da história. É importante lembrar que esta é a primeira etapa da pesquisa que está se formando e não é possível, ainda, estabelecer conclusões mais robustas.

687

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

CICONE, R.; MORAES, L. E. P. de (Org.). **História da Educação**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

LIMA, T. C. S. DE.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. spe, p. 37–45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt#>. Acesso em: 9 mar. 2024.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1996.

TOSTES, M. V. et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 87–99, jan. 2018.

ZOLDAN, L. G. Hiperconectividade, excesso de informações e saúde mental. **Vida Saudável: o blog do Einstein**. São Paulo, 29 de jan. 2023. Disponível em: <https://vidasaudavel.einstein.br/hiperconectividade-excesso-de-informacoes-e-saude-mental/> Acesso em: 9 mar. 2024.

Realização:



Apoio:

